

# **O PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMERICA LATINA AMAZÔNICA:** uma nova fase de múltiplos embates

**Zulene Muniz Barbosa**

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

**O PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMERICA LATINA AMAZÔNICA:** uma nova fase de múltiplos embates

**Resumo:** O artigo examina o protagonismo dos movimentos sociais na América Latina Amazônica marcado por manifestações e revoltas populares diretamente relacionadas com o aumento da miséria no continente. Esses movimentos são fortemente marcado pela dimensão étnica na luta contra o neoliberalismo: zapatismo no México bolivarianismo na Venezuela, MST no Brasil e comunidades tradicionais da Amazônia brasileira e maranhense - novas experimentações, protagonizadas por uma multiplicidade de sujeitos coletivos que recusam, de maneira radical, a subordinação inclusive da natureza (da biodiversidade) ao capital e, impulsionam caminhos alternativos condicionados, mais uma vez, através da forma assumida pelas lutas de classes no interior de cada Estado Nacional.

**Palavras-chave:** Protagonismo, América Latina, movimentos sociais.

**THE PROTAGONISM OF SOCIAL MOVEMENTS IN THE AMAZONIAN LATIN AMERICA:** a new phase of multiple clashes

**Abstract:** The article examines the spotlight of social movements in Amazonian Latin America, marked by demonstrations and popular uprisings directly related to the increase of poverty in the continent - new trials, protagonized by a multiplicity of collective subjects who radically refuse subordination, including nature (biodiversity) to capital and boost alternative paths which once again conditioned by form of the class struggles within each national state.

**Keywords:** Protagonism, Latin America, social movements.

Recebido em: 04.01.2014. Aprovado em: 06.01.2014.

## 1 INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1990 a América Latina, em particular a Amazônia continental, se tornou um viveiro de novos movimentos sociais que, orientados por nacionalismos de novo tipo, se chocam com o neoliberalismo e com a democracia liberal implementados pelos seus respectivos Estados nacionais (ALMEIDA, 2001). O presente artigo está voltado para uma reflexão que busca explorar o significado desses movimentos sociais, no continente, apreendendo-os a partir da dialética entre o novo e o velho num contexto de múltiplos embates.

Pode-se dizer que um aspecto comum desses novos movimentos sociais, a despeito da sua heterogeneidade, é a forte oposição ao neoliberalismo, receituário aplicado com intensidade variada em cada país do continente. De um lado, são propositivos e lutam pela emancipação nacional e, de outro, integram-se a um projeto mais amplo de questionamento do capitalismo e da democracia liberal. Ao formularem suas demandas, o fazem a partir da grande diversidade de condições sociais engendradas pelo próprio capitalismo, desde as mais diretamente ligadas ao conflito entre capital e trabalho, àquelas relacionadas, mais especificamente, às questões étnicas e em defesa do território. Os casos mexicano, boliviano, argentino, equatoriano, venezuelano e brasileiro produziram movimentos com forte viés anti-imperialista.

Segundo James Petras (1999), o desencanto com as políticas neoliberais conduziu, no plano político, campanhas eleitorais contrárias à programática neoliberal. A emergência do movimento Zapatista em 1994 no México marcava uma nova etapa de lutas sociais no continente. Analisando o que classificou como o ciclo eleitoral e a espiral socioeconômica na América Latina, o autor observa que, neste continente, os governos eleitos cumpriram um ciclo de ascensão e decadência a partir de três marés (1980 a 1990).

A primeira maré teve início com a transição dos ciclos de ditaduras militares para governos civis eleitos. Esses governos, ao adotarem a retórica do livre mercado, iniciaram o desmonte da legislação sindical e trabalhista com a privatização de grandes estatais e empresas públicas, além de investirem num amplo programa de desestatização. Contudo, a ampliação da agenda do livre mercado não resultou no crescimento dinâmico dessas economias. Ao contrário, ao final dos seus mandatos apareceram as crises econômicas acompanhadas de escândalos de corrupção, cuja dimensão fez emergir oposições e descontentamentos já com a primeira geração de políticos neoliberais.

A segunda maré, no final da década de 1980, foi marcada pelo ataque às políticas neoliberais e avaliada pelas agências financeiras internacionais (FMI e Banco Mundial) como pouco consistente na

forma de aplicar o remédio amargo, mas necessário. Nessa segunda maré prevaleceu a demagogia nas campanhas eleitorais, que acabou por formatar uma segunda leva de políticos que deu continuidade à programática neoliberal, radicalizando o processo de privatização e o desmonte do movimento sindical. Esta estratégia, no entanto, não impediu a emergência de novas crises e o consequente aumento de desemprego. Este chegou à casa dos dois dígitos em vários países do continente, o que levou a população a colocar em xeque a política neoliberal.

A terceira maré foi marcada pelo aprofundamento das reformas neoliberais, o que impulsionou a contraposição dos movimentos sociais às políticas formuladas nesse campo. Tal fato avançou para uma crise política que culminou com a destituição de presidentes eleitos pelo voto popular. Foi o caso da Argentina, em que foi destituído o governo Fernando de La Rúa e mais três presidentes em pouco mais de uma semana.

Segundo Atílio Boron (2007, p. 13).

[...] o neoliberalismo não cumpriu com as suas promessas, e depois de mais de vinte anos de catastróficas aplicações aos problemas da nossa América não apenas persistiram, como foram agravados. E, o milagroso "efeito derrame" que distribuiria as novas riquezas geradas pelas políticas neoliberais entre as massas de pobres e famintos, demonstrou ser um engodo.

É importante ressaltar que desde os anos 1970 os preços dos produtos de exportação diminuíram em números absolutos em relação aos preços dos produtos importados, minando a capacidade de a América Latina pagar a sua dívida acumulada. Esse foi o quadro sob o qual foram impostas nos anos 1980 duras condições, para esses países, por parte das instituições financeiras (FMI e Banco Mundial), comprometendo cerca de 35% da receita das importações na região. O resultado desse processo foi o empobrecimento de amplos setores sociais, devido ao afastamento do Estado das responsabilidades pelos serviços sociais básicos.

Essa política teve como uma das consequências o crescimento do número de organizações não governamentais<sup>1</sup> que passaram a implementar diversos projetos de desenvolvimento em nome de agências internacionais e governamentais (PETRAS, 1995). Mas diferentemente dos anos 1970, as ONGs sofreram diversas mutações e se distanciaram das suas origens (ONGs/Organizações populares). A partir dos anos 1980, as ONGs incorporaram o viés privatista de complementação das ações do Estado. Muitas delas, de acordo com Petras (1999), envolveram-se num esforço de implementação de projetos de desenvolvimento, como no caso da Bolívia, cujo protagonismo foi o combate à pobreza,

prática que foi associada aos ajustes estruturais de consolidação das políticas de liberalização econômica.

Paralelamente, caiu o nível de vida de amplas parcelas da população assalariada urbana e rural. Na América Latina como um todo, o setor urbano informal sofreu uma expansão da ordem de 39% e a parcela da população urbana que vive de salários caiu de 70% em 1980 para 64% em 1985. Nas áreas rurais, a deteriorização do padrão de vida das famílias foi igualmente agravada. Esse quadro propiciou, de um lado, uma multiplicidade de ONGS de desenvolvimento ligadas aos processos de empobrecimento, e, do outro, a reemergência de movimentos sociais que reagiram a esta programática, passando das ações de protestos para as ações de confronto.

Esses movimentos, conforme analisa Andrea Galvão (2008), tão diversos em sua composição social e em suas demandas, também se diferenciam em termos de correntes e tendências político-ideológicas, bem como em suas formas de atuação. Estas são condicionadas pelas suas tradições locais de modo que não há uma característica única.

[...] Por exemplo, os países com forte presença indígena são marcados por experiências coletivistas e comunitárias; os países mais industrializados, com um proletariado urbano mais expressivo são marcados pela experiência do movimento sindical e por suas relações como os partidos políticos e com o Estado, a exemplo do corporativismo no México, no Brasil e Argentina (GALVÃO, 2008, p. 15).

Assim, com potencialidades e limites, demonstram que as veias da América Latina pulsam e se abrem para novas experimentações, novos caminhos alternativos protagonizados por uma multiplicidade de sujeitos coletivos que recusam de maneira radical a subordinação da natureza ao capital e impulsionam novas lutas sociais.

## 2 PROTAGONISMO E RESISTÊNCIA

Em janeiro de 1994, a insurreição das comunidades indígenas de Chiapas no México, encabeçada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) colocava em xeque as políticas tradicionais, historicamente implementadas pelo Estado nacional mexicano. Conforme Dávalos (2005, p. 27):

[...] la incursión de los movimientos indígenas como movimientos sociales, y la constitución de los movimientos indígenas como sujetos políticos, representan uno de los fenómenos sociales y políticos más novedosos y

complejos en la historia reciente de América Latina”.

Essa nova fase se seguiu às crises econômicas do final da década de 1980 com repercussões diversas sobre o mundo do trabalho. Período em que teve início o refluxo da ação sindical, no bojo da chamada crise do movimento sindical de base fordista. A expressão mais visível dessa crise foi a diminuição das taxas de sindicalização. Esse recuo abriu caminho para a eclosão na cena política latino-americana de novos movimentos sociais. Conforme indica Andrea Galvão (2008), alguns deles não são exatamente novos, mas é nesse momento que se tornam mais expressivos, tornando-se conhecidos para além das fronteiras dos seus países de origem, como no caso do Movimento dos Trabalhadores sem Terras (MST).

No caso do México, emerge um movimento de base marcadamente indígena e camponês, o Movimento Zapatista, que passa a exigir do Estado nacional mexicano autonomia para intervir nos assuntos que dizem respeito à organização econômica e política dos seus territórios, segundo as suas tradições culturais, ao mesmo tempo que rejeitavam uma cidadania nacional homogênea, que desconsidera ou trata de forma folclórica os seus modos de organizar a vida. Ao se confrontarem com governos legalmente eleitos sinalizavam para novas formas de participação direta reivindicando “[...] um mundo onde caibam outros mundos.” (HILSENBECK, 2008). O EZLN colocava na pauta a questão étnica num país onde a população indígena representa entre a 10% a 15% da população, cerca de 12 milhões aproximadamente, dividida em 56 grupos étnicos.

Na Argentina, os movimentos de massas adentraram a cena política com a explosão das jornadas de dezembro de 2001 e suas ações de protestos. Segundo Badaró (2005)

[...] emergiram outros repertórios de confrontação, vinculados ao fenômeno do desemprego, em um contexto de fragmentação dos atores sociais, e de multiplicação das demandas setoriais em face da contínua aplicação de políticas neoliberais, a exemplo dos cortes de estradas e o movimento dos piqueteiros.

Nesse movimento de caráter explosivo, os sindicatos tiveram um papel secundarizado frente às novas formas de lutas protagonizadas fortemente pela ação política dos desempregados e trabalhadores precarizados.

Na Bolívia, a luta em torno do gás em 2003, culminou com a queda do presidente Gonzalo Sánchez de Louzada e a convocação de um *referendum* para redefinir uma política de exportação do minério. A chamada *guerra* do gás possibilitou a

unidade de um conjunto de movimentos que tomou a forma de 'rebelião social contra o ajuste estrutural'. Em 2007, a nova Constituição referendada em 2009 introduziu um conjunto de alterações institucionais que ampliou os direitos sociais e políticos, incluindo o caráter plurinacional e comunitário do Estado nacional boliviano ao reconhecer 36 etnias que formam a Bolívia. De acordo com Almeida (2007, p. 18),

[...] o processo de constituição dos estados' nacionais foi hegemonizado pelas classes dominante criollas e, em relação aos inúmeros agrupamentos indígenas, deu prosseguimento, sob diversas formas, inclusive a de uma pretensa universalização de direitos jurídico-políticos de cidadania e à prática de etnocídio. Os múltiplos percursos seguidos por esta história não são indiferentes à configuração da atual miríade de movimentos sociais latino americanos.

Na Venezuela este traço inovador também não partiu do movimento sindical, ao contrário, foi impulsionado por três macrodinâmicas nos marcos da revolução bolivariana: 1. a revolução antiimperialista; 2. a revolução democrático-burguesa e a contrarrevolução neoliberal. O bolivarianismo, embora seja uma construção complexa, deve ser analisado extraindo da sua própria dinâmica os seus limites. Segundo Badaró, (2005) nesse contexto dos conflitos gerados pelo perfil anti-imperialista e antineoliberal do governo Chávez, a Central dos Trabalhadores Venezuelanos (CTV) foi um dos principais instrumentos de mobilização dos setores golpistas, pois a sua direção apoiou a tentativa de golpe do imperialismo norte-americano em abril de 2002.

No Brasil, a contestação veio do MST a partir do confronto aberto com o governo de FHC e sua ofensiva antissindical e de criminalização dos movimentos sociais. Mas, diferentemente de outros países latino-americanos, cabe ressaltar, o Brasil vivenciou durante a década de 1980 um ciclo ascendente das lutas sindicais, que começou no ABC e se ampliou para o resto do país numa conjuntura internacional marcada pelo declínio dos sindicatos. Nesse contexto, o sindicalismo brasileiro ganhava dimensões nacionais com greves gerais que paralisaram diversos setores da indústria e serviços, num protesto acirrado contra os sucessivos planos de estabilização que arrojavam continuamente os salários da classe trabalhadora.

A greve de 1989 foi uma das mais expressivas, daquele ciclo, com cerca de 35 mil trabalhadores paralisados. No entanto, foi neste mesmo ano que se realizou o III CONCUT, introduzindo um conjunto de mudanças político-ideológicas no interior da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e estas

iriam refletir fortemente na sua concepção e prática sindical nos anos 1990. Conforme analisa Almeida (1998) é provável que as eleições de 1989 tenham marcado o apogeu das lutas sociais iniciado 11 anos antes. A partir daí a fragilidade do campo da esquerda tornou-se cada vez mais evidente. Mas é nesse momento, quando as lutas protagonizadas pelo movimento operário dão sinais de arrefecimento (em face da nova hegemonia burguesa com o neoliberalismo) que aflora, com muita força, no cenário político brasileiro, o Movimento dos Trabalhadores sem Terras.

Mas, como observa Almeida (1998), o MST não é tão novo quanto parece; ele é a expressão combinada de pelo menos três importantes processos: o primeiro deles foi a modernização capitalista de fortes traços conservadores que dominou a agricultura brasileira nas décadas de 1960 e 1970 e aguçou os conflitos agrários, principalmente, nos Estados de São Paulo e no sul do País onde surgiu o embrião do movimento. O segundo foi ação pastoral ligada à teologia da libertação e sua convergência, na conjuntura brasileira com o ideário de setores da esquerda marxista, além do novo sindicalismo e das CEBs (Comunidade Eclesiais de Base) e o próprio partido dos trabalhadores. O terceiro remonta ao conjunto de experiências organizativas acumuladas pelos trabalhadores rurais nas décadas que precederam o golpe de 1964, a exemplo das experiências das ligas camponesas.

Ao lançar mão de uma prática inovadora, o MST, nos anos 1990, consolidará uma nova forma de lutar, cuja característica principal são as ocupações de terra, na sua grande maioria articuladas por um semiproletariado rural que questiona a forma de propriedade e as políticas estatais voltadas para o capital agroexportador. Para além das ocupações de terras, o MST tem recorrido a outras formas de lutas como a ocupação de órgãos públicos, jornadas nacionais, greve de fome, passeatas e marchas ao longo de rodovias federais (STEDILLE, 1997), além da politização dos acampamentos e assentamentos rurais com seus limites e possibilidades ao se relacionar com as políticas do Estado burguês.

Entretanto, a despeito da enorme criminalização, tendo à frente a grande mídia, o MST tem exercido um papel importante na desmistificação do discurso do Estado de representante dos interesses gerais. O movimento empreendido nos acampamentos e assentamentos evidencia que esses dois momentos estão articulados na luta pela reforma agrária.

Na Amazônia, em particular a maranhense, outros setores como as quebradeiras de coco babaçu (MIQCBIC), os atingidos pela mineração e pela base espacial de Alcântara (MABE) são expressões de lutas que, a exemplo das Assembleias de bairros na Argentina, da Assembleia popular dos povos de Oaxaco, das Assembleias comunitárias, desafiam

o espaço institucionalizado da política tradicional. Esses setores se mobilizam e buscam a produção de novos consensos sobre temas particulares (seja a lei dos babaquais livres, ou a redefinição do conceito de propriedade, defesa dos recursos naturais, soberania popular, autonomia dos povos e comunidades tradicionais, ações de guerrilhas, greves, ocupações de terra e movimentos estudantis e de desempregados).

Trata-se de um novo protagonismo que passa a se mover no terreno das ações de confronto, inovações que vieram justamente dos setores mais oprimidos (indígenas, camponeses sem terras, desempregados) que lutam por trabalho, terra e pela afirmação das suas identidades coletivas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Desni Lopes. **Os trilhos do desenvolvimento na Amazônia Maranhense: conflitos e contrastes e o caso Piquiá de Baixo**. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2012.

\_\_\_\_\_, Lucio Flavio. Lutas Sociais e questões nacionais na América Latina: algumas reflexões. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 17-18, p. 64-77, 2007.

\_\_\_\_\_; SANCHEZ, Felix. Um grão menos amargo das ironias da história: o MST e as lutas sociais contra o neoliberalismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 5, p.77-91, 1998.

BADARO, Marcelo. Novas bases para o protagonismo sindical na América Latina: o caso brasileiro. In: LEHER, Roberto; SETUBAL, Marina (Org.). **Pensamento Crítico e Movimento Sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

BARBOSA, Zulene. Reestruturação produtiva e Movimento sindical - reflexões para uma prática sindical de esquerda. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 7, p. 1-10, 2001.

BÓRON, Atílio. Nestor Kirchner e as desventuras do "Centro Esquerda na Argentina. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 17-18, p. 9-22, 2007.

COSTIILA, Oliver, Lucio. **A guerra do gás na Bolívia: uma guerra anunciada**. [S. l.: s. n.], 2003. Mimeo,

DÁVALOS, Pablo. **Movimientos Indígenas en América Latina: el derecho a la palabra**. Buenos Aires: CLACSO, 2013. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/davalos/CapDavalos.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

GALVÃO, Andrea. Os Movimentos sociais da América Latina em questão. **Revista Debates**, Porto Alegre, 2008.

HILSENBECK FILHO, A. **Abaixo e a esquerda: uma análise histórico-social da praxis do EZLN**. 2007. 247 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2007.

PETRAS, James. **Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa**. Blumenau: Ed. FURB, 1999.

STEDILLE, João Pedro. **A questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Atual 1996.

## NOTA

<sup>1</sup> Constituiu-se um equívoco a identificação de ONGS com organizações populares, pois estas se diferenciam quanto às suas origens históricas e organizacionais (Graham, 19992). Na Bolívia, as ONGS foram definidas como organizações privadas sem fins lucrativos. Elas podem ser nacionais ou internacionais, religiosas ou leigas. Suas atividades são dirigidas para o desenvolvimento e ou assistência e podem ser financiadas por fundos públicos ou recursos internacionais de cooperação.

## Zulene Muniz Barbosa

Assistente Social

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Professora da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

E-mail: [zulene.mb@uol.com.br](mailto:zulene.mb@uol.com.br)

## Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Largo Cidade Universitária Paulo VI, 3801, Tirirical, 65055-000, São Luís - MA